

## **ATA Nº 94/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia 11 do mês de julho de 2017, nas salas 06 e 07 do 13º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito Ocupação Tomás Balduino, em Ribeirão das Neves.

Lígia Maria Alves Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes.

Convida a todos para um seminário que será feito pela Mesa de Diálogo para discutir as ocupações urbanas e rurais, em 27 e 28 de setembro. Informa que a proposta do evento está sendo discutida com organizações (movimentos e instituições atuantes na Mesa de Diálogo). Compromete-se a realizar, em agosto, reunião para a apresentação da proposta.

Carina Batista, moradora da ocupação, conta que está há um ano e meio morando no local, que antes era um terreno sujo e hoje abriga aproximadamente 300 famílias. Informa que faz plantações para o próprio consumo e lamenta a quantidade de tempo pagando aluguel. Reclama que não tem para onde ir caso tenha que sair do local.

Cristiana Carvalho, moradora da ocupação, solicita providências para que possa continuar morando na ocupação, pois todos que estão na localidade cuidam da comunidade.

Valdicéia Correia, moradora da ocupação, informa que, por necessidade, está no local há dois anos. Lembra que há um posto de saúde que atende toda a população.

Lúcia Rodrigues, moradora da ocupação, se emociona ao falar que não quer sair do local.

Lígia Pereira pergunta se a ocupação está em área rural.

William Valle, das Brigadas Populares, fala que é uma área de produção agrícola. Informa que desenvolveram um projeto de coleta de lixo na comunidade, que é historicamente um problema em Ribeirão das Neves, mas com a ajuda de um pesquisador Francês e da UFMG o projeto inovador foi instalado. Lembra que estão sendo implantadas hortas coletivas, casa de produção de pão, galinheiro etc. Acredita que a regularização dessa ocupação resolva problema de todo o bairro. Convida a população para conhecer a ocupação, que tem convivência, pacífica e reforça que não há outra opção a não ser regularizar.

Adilson R., militante das Brigadas Populares, informa que conseguiram mudas para plantar nas margens do rio, que fica no fundo da ocupação. Os moradores já solicitaram mais mudas, já que algumas foram levadas pelas enchentes.

Luís Fernando, advogado popular, esclarece que é um terreno privado (faz parte de uma grande fazenda) área formalmente rural, por isso está na Vara Agrária, mas possui características urbanas, inclusive acesso a serviços públicos. Solicita políticas públicas efetivas de moradia. Explica que o déficit habitacional em Ribeirão das Neves é muito grande e caso não haja uma regularização fundiária, as ocupações só crescerão. Relata que atualmente três ocupações reúnem cerca de 500 famílias no município. Manifesta que não aceitam despejo nessa ocupação já consolidada há quatro anos. Neste sentido, há uma grande rede de apoio à ocupação por conta do trabalho que está sendo desenvolvido na agroecologia. Solicita que a Mesa de Diálogo se posicione na audiência (amanhã) para que a solução seja de forma pacífica.

Roberto Bleser, da Procuradoria do Município de Ribeirão das Neves, comenta que foi feita uma reunião com a ocupação, na ocasião a orientação foi procurar a Mesa de Diálogo. Considera grave o problema da ocupação urbana em Ribeirão das Neves, por isso quer tentar solucionar da melhor forma, mas como há dificuldade na questão financeira por parte do município, não pode encarar sozinho o problema. Informa que tentou contato com a empresa para saber do interesse na venda da área. Confirma presença na audiência.

Lígia Pereira informa que está organizando as agendas da Mesa de Diálogo em blocos. Tratará em uma agenda única (uma mesa ampla) todas as ocupações do município. Já está trabalhando dessa forma em Betim e Contagem, e gostaria de fazer isso em Ribeirão das Neves.

Roberto Bleser afirma que tem interesse em realizar essa agenda.

Daniel dos Santos, da Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conam, informa que nos diversos anos no movimento conhece esses problemas relacionados à habitação. Coloca o gabinete do Deputado Rogério Correia à disposição.

Wilton Soares, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, informa que tem a leitura de que o juiz está querendo sanar os vícios dos processos e revigorar as liminares. Acredita que o caminho seria, inicialmente, pedir um prazo para tentar um acordo entre as partes.

Bruno C., da Comissão Pastoral da Terra, manifesta interesse em retirar o processo da Vara Agrária.

Ana Cláudia Silva, da Defensoria Pública de Minas Gerais, informa que não há essa possibilidade. Conta que com base na visita feita à comunidade, pode confirmar os projetos realizados. Informa que o proprietário, cuja matrícula de terreno é a 6313, não apresentou documento comprobatório de que a área ocupada é de sua propriedade.

Sugere que a Mesa de Diálogo tente construir uma política habitacional dentro do Estado. Acredita ser importante incentivar o projeto de agroecologia existente no local. Explica que a liminar foi dada há quatro anos, totalmente fora da realidade. Levanta a problemática do georeferenciamento, que seria da responsabilidade da Polícia Militar, mas entende que o Poder Executivo possa oferecer apoio do judiciário para fazê-lo, uma vez que o órgão não tem condições.

Fernanda Barajas, da Polícia Militar, informa que o georeferenciamento era um ato normalmente feito pela polícia para ajudar nos trabalhos e responder ao judiciário, por exemplo, que não se trata da área da matrícula informada, mas esclarece que agora a realização do trabalho virou uma obrigação.

Eduardo Bittencourt, professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC MG, fala que o município pode atuar desde já. Acredita que a área, por não cumprir a função social pelo proprietário, afeta a urbanização. Lembra que esteve na comunidade e identificou abandono com relação ao parcelamento, obra que antecede a ocupação. Sugere que o Estado forneça meios para que o município possa atuar com relação à política habitacional e o reconhecimento da área como interesse social. Se coloca à disposição para colaborar. Confirma presença na audiência.

Lígia Pereira informa que o Estado tem interesse na solução pacífica do conflito na permanência das famílias no local. Reforça a importância da dilação do prazo por no mínimo 06 meses, pois será feito um trabalho em conjunto com a Defensoria Pública, Ministério público, moradores, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG etc. para solução pacífica do conflito. Considera importante estudar uma forma de urbanização da área. Sobre a aquisição da área, lamenta a indisponibilidade de recursos por parte do Estado. Acredita que o primeiro passo é realizar o cadastramento das famílias e um georeferenciamento da área. Coloca à disposição a equipe da secretaria executiva da Mesa de Diálogo e questiona se a Prefeitura Municipal de Ribeirão da Neves pode atuar em parceria, também, com a SEDPAC. Pergunta a Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – SECIR se o órgão tem condições de fazer o georeferenciamento da área.

Andrea Leite, da SECIR, informa que verificará e responderá (ainda hoje) se há possibilidade de colaborar, pois se trata de uma área de conflito, que a SECIR normalmente não atua.

Aldenir Viana, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, sugere que seja solicitado ao juiz uma perícia no local.

Lígia Pereira solicita que o Aldenir Viana acompanhe a audiência. Pede para que a SEDPAC se organize com a prefeitura para realizar o cadastro das famílias.

Wiltom Soares acredita que se a prefeitura ficar com a responsabilidade de fazer o georeferenciamento, talvez o Estado possa ceder servidores para ajudar na elaboração.

Lígia Pereira considera que a partir da audiência será mais fácil encontrar caminhos, pois tudo depende das tratativas da agenda supracitada.

Luiz Fernando pergunta a possibilidade de a Mesa de Diálogo informar sobre o planejamento da operação da Polícia Militar para a Ocupação Candeeiro/Nova Gameleira.

Eduardo Bittencout solicita reunião extraordinária para discutir as ocupações de Belo Horizonte. Reclama que enviou ofício à Mesa de Diálogo e não foi respondido.

Lígia Pereira fala que as informações sobre as “reuniões territorializadas” serão apresentadas posteriormente, motivadas pelo ofício da PUC MG.

Discutem Canabrava.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

1. Realizar reunião em Ribeirão das Neves para discutir todas as ocupações do município (incluí-lo na força-tarefa das ocupações urbanas. Data ainda a combinar).
2. Na audiência de conciliação (amanhã 12/07) a Mesa de Diálogo, representada por Aldenir Viana, fará solicitação de dilação do prazo em 06 meses (no mínimo), para a solução definitiva do conflito.
3. O Estado e a Prefeitura irão trabalhar em parceria no cadastro das famílias e no georeferenciamento da área.
4. Após a audiência de conciliação a Mesa de Diálogo convocará nova agenda para discutir as diretrizes com base no resultado dessa audiência.